



REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Reforço de meios para extinguir o incêndio que continua a lavrar no subsolo nas escombrelas das antigas minas do Pejão, em Pedorido, concelho de Castelo de Paiva

Destinatário: Ministério da Economia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O subsolo e os resíduos das escombrelas das antigas minas do Pejão, em Pedorido, concelho de Castelo de Paiva, estão em combustão há mais de 1 ano.

De facto, desde os incêndios de outubro de 2017 que nesta zona continua a lavrar um incêndio subterrâneo que vai consumindo resíduos de carvão. São cerca de 180 mil metros cúbicos de material em combustão, com vários metros de profundidade e a temperaturas que atingem, e em alguns casos ultrapassam os 700 graus centígrados.

Esta situação merece preocupação. Em primeiro lugar porque a emissão de gases e a dispersão de cinzas provenientes da combustão pode ter impactos na saúde da população, em especial daquela que vive mais próximo da zona das antigas escombrelas onde lavra o incêndio. Em segundo lugar porque se o incêndio não for dominado pode atingir dimensões de catástrofe uma vez que existem na zona veios de carvão que se forem atingidos entrarão também em combustão.

O Bloco de Esquerda esteve no local em dezembro passado e registou a enorme preocupação da população, bem como a necessidade de reforçar os meios no terreno para permitir uma extinção do incêndio mais célere.

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. necessita de, pelo menos, duplicar os meios no terreno. Isso mesmo foi dito por parte de engenheiros desta empresa pública que está à frente dos trabalhos para a extinção deste incêndio. É necessário que se esclareça ainda o porquê de a EDM não ter feito atuado neste local logo a seguir aos incêndios de dia 15 de outubro de 2017, deixando assim o local em combustão durante cerca de 1 ano até ter iniciado a sua intervenção.

Para além disso, é necessário que também as autoridades de saúde pública intervenham nesta situação, avaliando os possíveis impactos para a saúde da população e adotando medidas para que esses impactos sejam minimizados.

Na altura em que o Bloco de Esquerda visitou o local as autoridades de saúde ainda não tinham sido envolvidas e não tinha sido dada qualquer informação à população sobre medidas a tomar para a autoproteção, por



exemplo.

O Bloco de Esquerda considera que, em nome da proteção das populações, em nome da proteção do ambiente e de forma a prevenir uma catástrofe ainda maior, é necessário o reforço imediato de meios no terreno e o envolvimento das autoridades de saúde.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, as seguintes perguntas:

1. Que medidas estão a ser tomadas para que, no mínimo, se dupliquem os meios no terreno, de forma a conseguir uma extinção do incêndio mais rápida e com menos consequências para a população?
2. Por que razão não foram alocados mais meios a esta operação, logo no início das operações?
3. Por que razão não atuou a EDM neste local logo a seguir aos incêndios de outubro de 2017?
4. Quando prevê a EDM que o incêndio em causa estará extinto?

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2019

O deputado
Moisés Ferreira